

**DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO: uma proposta
teórico-metodológica para a análise de mulheres negras
celebridades ¹**
**EMPOWERMENT DEVICE: a theoretical-methodological
proposal for the analysis of Black women celebrities**

Dalila Maria Musa Belmiro ²

Resumo: *Este artigo apresenta o conceito de dispositivo de empoderamento, desenvolvido na tese de doutorado da autora e aqui sistematizado como proposta teórico-metodológica para o estudo de mulheres negras celebridades. Parte-se da noção foucaultiana de dispositivo para compreender a celebridade como ponto de condensação do dispositivo de visibilidade, intensificando regimes de exposição, racialização e sexualização. Argumenta-se que, ao reapropriar estrategicamente essa visibilidade, mulheres negras podem converter a posição de outsider em intervenção simbólica. Propõe-se a metodologia da Ponte do Empoderamento, estruturada em três pilares — autodefinição, reapropriação da visibilidade e conversão da experiência marginal em referência coletiva — como ferramenta analítica para investigar quando a fama pode operar como dispositivo de empoderamento.*

Palavras-Chave: *Dispositivo de empoderamento. Celebridades. Interseccionalidade.*

Abstract: *This article presents the concept of the empowerment device, developed in the author's doctoral thesis and here systematized as a theoretical-methodological proposal for the study of Black women celebrities. Drawing on Foucault's notion of device, celebrity is understood as a condensation point of the visibility device, intensifying regimes of exposure, racialization, and sexualization. It argues that by strategically reappropriating visibility, Black women may transform the outsider position into symbolic intervention. The Empowerment Bridge is proposed as an analytical framework—structured around self-definition, strategic reappropriation of visibility, and the conversion of marginal experience into collective reference—to examine when fame can operate as an empowerment device.*

Keywords: *Empowerment device. Celebrities. Intersectionality.*

1. Introdução

Celebridades não são apenas produtos da cultura midiática; são territórios de disputa. Nelas, valores são negociados, identidades são estabilizadas e hierarquias sociais são reiteradas ou tensionadas (FRANÇA; SIMÕES, 2020a). Quando esse território é ocupado por

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e interseccionalidades. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Doutora em Comunicação Social pela UFMG, UFMG, musaa.dalila@gmail.

mulheres negras, a celebridade torna-se ponto de condensação de dispositivos que historicamente regulam seus corpos, sexualidades e possibilidades de reconhecimento (BELMIRO, 2025). A fama, nesse caso, não neutraliza a estrutura: ela a intensifica.

Partindo dessa constatação, este artigo propõe uma inflexão teórico-metodológica nos estudos de celebridade. Pergunta-se: como mulheres-negras celebridades, atravessadas por dispositivos de visibilidade, sexualidade e racialidade, podem operar como dispositivos de empoderamento? A questão se ancora na noção foucaultiana de dispositivo como rede heterogênea de saberes, práticas e instituições que produzem regimes de verdade e subjetividades (FOUCAULT, 1979), articulada ao dispositivo de racialidade que estrutura desigualdades simbólicas e regula quem pode ser visto e sob quais condições (CARNEIRO, 2023).

A visibilidade, longe de ser neutra, constitui tecnologia de poder que organiza enquadramentos e distribui legitimidades (THOMPSON, 2008). Quando atravessada por raça e gênero, produz efeitos específicos sobre mulheres negras em projeção pública. A interseccionalidade, conforme elaborada por Collins (2016) e sistematizada por Akotirene (2019) por meio da metáfora da encruzilhada, evidencia que esses corpos ocupam cruzamentos estruturais onde múltiplos dispositivos operam simultaneamente. É nesse ponto de colisão que emerge a necessidade de travessia.

Apesar do avanço dos estudos de celebridade, a racialização dessas análises permanece insuficiente. A categoria “mulher” frequentemente foi tratada como universal, e a centralidade da branquitude raramente problematizada (DYER, 1998; LANA, 2014). Mesmo quando a celebridade é compreendida como espaço de poder de afetação (SIMÕES, 2019), ainda é incipiente a articulação sistemática entre fama, racialidade e tecnologia de visibilidade. Inserir mulheres negras não como exceção, mas como chave analítica, permite deslocar a própria compreensão da celebração contemporânea.

É nesse deslocamento que este artigo apresenta o conceito de **dispositivo de empoderamento**, desenvolvido na tese de doutorado da autora (BELMIRO, 2025) e aqui aprofundado como ferramenta teórica. Sustenta-se que determinadas mulheres-negras celebridades não apenas são moldadas por dispositivos de poder, mas podem reorganizá-los estrategicamente, convertendo exposição em intervenção simbólica. O empoderamento, nessa perspectiva, não é conquista individual, mas prática relacional que incide sobre regimes de reconhecimento.

Como desdobramento metodológico, propõe-se a **Ponte do Empoderamento**, arquitetura analítica estruturada em três pilares: autodefinição, reapropriação estratégica da visibilidade para denúncia e conversão da experiência marginal em referência coletiva, em diálogo com Collins (2016, 2022) e Berth (2019). A ponte não é imagem ilustrativa, mas forma de visualizar a travessia possível nas fissuras da encruzilhada.

Importa destacar que este artigo não realiza análise empírica de caso específico. Diante dos limites de espaço, não se aplica a metodologia a um objeto determinado, mas apresenta-se o dispositivo de empoderamento como conceito e a Ponte como proposta metodológica para análise de mulheres negras celebridades. Trata-se de oferecer uma ferramenta capaz de investigar quando e como experiências de fama, situadas e interseccionais, podem configurar-se como dispositivos de empoderamento. Ao fazê-lo, propõe-se compreender a visibilidade mediada não apenas como espaço de captura, mas como arena onde, sob determinadas condições, a travessia se torna possível. Se a encruzilhada revela a colisão dos dispositivos, a ponte indica a possibilidade de reorganizá-los a partir de dentro.

2. A engenharia da visibilidade: poder, verdade e produção de sujeitos

Antes de analisar a construção da ponte do empoderamento, é necessário compreender a engenharia que organiza o terreno sobre o qual ela se ergue. A travessia não surge no vazio; ela responde a uma estrutura prévia que regula fluxos, distribui acessos e define quais corpos podem circular com segurança. Esta seção dedica-se a examinar essa arquitetura: o dispositivo de visibilidade como tecnologia de poder que produz verdades, enquadra sujeitos e organiza regimes diferenciais de exposição. Se a ponte é intervenção criativa, a engenharia que a antecede é o sistema de avenidas que orienta a circulação da fama. Compreender como essa estrutura opera é condição para entender por que a travessia se torna necessária e como ela pode ser estrategicamente construída.

2.1 Saber, poder e subjetivação: fundamentos do dispositivo

O poder é frequentemente compreendido como relação causal em que o ego impõe sua vontade ao alter, produzindo obediência mesmo contra sua resistência (HAN, 2020). Nessa perspectiva, o poder aparece como coerção soberana: capacidade de fazer valer

decisões independentemente do outro, associada à autoridade, centralidade e domínio. Trata-se de um modelo em que o poder se afirmar pela anulação ou subordinação da vontade alheia.

Foucault (1979), contudo, desloca essa compreensão ao propor uma analítica do poder que o entende não como substância concentrada, mas como rede produtiva que atravessa práticas, discursos e instituições. O poder opera por meio de dispositivos e tecnologias que regulam condutas e produzem subjetividades, atuando na microfísica das relações cotidianas. Não se limita à coerção explícita, mas organiza campos de possibilidade e regimes de verdade.

Dialogando com essa perspectiva, Han (2020) observa que o poder se estabelece na mediação com o outro, produzindo fronteiras entre o normativo e o desviante. Ao buscar “o fenômeno da continuidade” (HAN, 2020, p. 19), ele alarga a distância entre o eu normalizado e a exterioridade que o ameaça, garantindo ao ego espaços de estabilidade identitária. Já em Hannah Arendt, o poder deixa de ser imposição unilateral para ser compreendido como algo que emerge da ação conjunta; ele só existe quando pessoas agem em comum (ARENDR, 2005). Assim, o poder pode tanto organizar hierarquias quanto constituir coletividades — dimensão crucial para pensar o empoderamento como prática relacional.

Ao pensar sobre como tais mudanças na esfera do poder que agora exigem uma série de novos arranjos que irão operar para exercer sobre os corpos, Foucault oferece um conceito central neste trabalho: o dispositivo que é:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Essa noção de dispositivo formulada por Michel Foucault permite compreender que o poder não opera apenas por interdição, mas por meio da organização estratégica de saberes, práticas e instituições. O dispositivo é definido como uma “rede” que articula discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, leis, medidas administrativas e enunciados científicos (FOUCAULT, 1979). Trata-se de uma engrenagem heterogênea cuja função é responder a uma urgência histórica específica, produzindo efeitos de verdade e formas de subjetivação.

Essa noção do dispositivo enquanto um rearranjo é trabalhada por José Luiz Braga e aproxima o conceito do campo comunicacional. O autor definiu a comunicação como “processo que transforma linguagens” (Braga, 2010, p. 52). Assim, a comunicação seria o ato de estabelecer e transformar modelos pré-estabelecidos (códigos) que orientam as ações

sociais a partir da ação do tempo e de contextos históricos problemáticos. Nesse processo, segundo Braga (2010), existe um subsistema normativo, mas flexível e suscetível às transformações históricas e às demandas sociais próprias de um determinado contexto histórico que se rearranja a todo momento denominado dispositivo.

Assim como em Foucault, esses dispositivos, para Braga, modelam e são modelados pelo contexto e funcionam como um intermediário entre modelos pré-construídos mais rígidos, que sustentam dinâmicas de poder, e a intervenção dos interlocutores. As formas prévias, que antecedem as instituições e códigos, e modificam ou sustentam determinados modelos, são denominadas por Braga de dispositivos interacionais. Esses dispositivos são mais abertos a “aperfeiçoamentos sociais (desenvolvimento de aparelhos inclusivos), o acolhimento de singularidades políticas, estéticas ou socioculturais, entre outros” (YAMAMOTO, 2014, p. 103). Eles funcionam como um suporte para a comunicação, um articulador para que um sistema instituinte (uma pessoa, um grupo) interaja com o sistema instituído, em geral pouco flexível (BRAGA, 2010). Ou seja, os dispositivos são mecanismos interacionais que carregam em si arranjos de poder que estão em disputa constante durante um processo interacional. Nessas disputas, novos dispositivos podem ser acionados ou até criados como uma forma de resistir a um padrão normativo violento ou aprisionante.

2.2 Visibilidade generificada e racializada: tensões na produção da fama

Se pensarmos a visibilidade enquanto um dispositivo interacional, poderemos perceber como essas disputas se dão. O dispositivo organiza aquilo que pode ser visto e dito através do que Foucault chama de curvas de visibilidade e regimes de enunciabilidade, delimitando quem pode aparecer, sob quais condições e com quais sentidos. Como afirma Foucault (1979), o poder não apenas reprime, mas produz saberes e sujeitos. A subjetividade é efeito dessas relações estratégicas. Assim, o sujeito que emerge no campo midiático não preexiste à visibilidade; ele é constituído por ela.

Parece-nos que essa busca de visibilidade ultrapassa o sentido social, afetivo ou ético do reconhecimento ser aceito e respeitado socialmente, ser amado, ser tratado com dignidade. E também não se resume apenas na busca de retorno financeiro (do dinheiro ganho sem esforço). Há um desejo e uma necessidade da visibilidade por ela mesma, uma satisfação que advém não só daquilo que a visibilidade proporciona, mas de estar visível, estar sendo visto. Como se o silêncio, ou a sombra, significassem um desaparecimento social e existencial. (FRANÇA, 2014, p. 31).

Ao trazer essa chave analítica para os estudos de celebridade, desloca-se a compreensão da fama como simples notoriedade individual para entendê-la como efeito de um dispositivo específico: o dispositivo de visibilidade. A celebridade é produzida dentro de um regime que organiza a exposição pública, a circulação de imagens e a consolidação de narrativas. Paula Simões (2019), ao analisar celebridades como dispositivos interacionais críticos, aponta que a fama constitui espaço privilegiado de disputa de valores. Essa perspectiva reforça que a celebridade não é apenas superfície de consumo cultural, mas arena de produção de sentidos e afetos. O dispositivo de visibilidade, nesse contexto, regula não apenas quem aparece, mas como aparece e com que legitimidade.

Richard Dyer (1998), em seus estudos sobre estrelas de cinema, demonstra que as celebridades funcionam como textos sociais que condensam valores coletivos, encarnando ideais de beleza, moralidade e sucesso historicamente situados. Entretanto, esses valores não são universais nem neutros. Como evidencia Lígia Lana (2014), a celebração feminina é atravessada por expectativas de gênero que moldam as performances públicas das mulheres, regulando seus corpos e narrativas. Ao mesmo tempo, Sueli Carneiro (2023), ao formular o conceito de dispositivo de racialidade, aponta que a raça estrutura hierarquias simbólicas que definem quem pode ocupar o centro da visibilidade e sob quais condições esse reconhecimento se sustenta. A fama é, portanto, simultaneamente generificada e racializada, operando a partir de padrões normativos que tomam a branquitude e determinadas formas de feminilidade como referência silenciosa de legitimidade.

A visibilidade, nesse regime, não é neutra nem homogênea. Ela distribui reconhecimento de maneira desigual. Alguns corpos são projetados como universais; outros são enquadrados como marcados, exóticos ou desviantes. A celebridade intensifica essa assimetria, tornando mais evidentes os mecanismos de produção diferencial de valor simbólico. Compreender o dispositivo de visibilidade como produtor de verdade e subjetividade é, portanto, condição necessária para avançar ao conceito de dispositivo de empoderamento. Antes da ponte, há as avenidas que colidem. Antes da travessia, há uma estrutura que organiza a circulação.

3. Celebridade e potência relacional: carisma, afetação e produção de coletividade

Se a seção anterior examinou a engenharia que organiza a circulação da visibilidade, esta seção desloca o olhar para aquilo que se move sobre essa estrutura. A celebridade não é apenas efeito da visibilidade, mas também ponto de reverberação. Se o dispositivo de visibilidade organiza os fluxos, é a celebridade que concentra e redistribui energia simbólica dentro desse sistema. É nesse movimento que se torna possível pensar a travessia.

A celebridade não é apenas alguém que aparece no campo do visível; é alguém que reorganiza afetos, produz identificação e intervém nos regimes de reconhecimento.

3.1 Celebridade como condensação simbólica e mediação social

Já argumentamos que a visibilidade é tecnologia de poder, é preciso agora avançar para a compreensão de que a fama não se esgota na exposição. Tornar-se celebridade não significa apenas ocupar a espaços de visibilidade, mas sim, adquirir centralidade simbólica dentro de uma rede de relações mediadas.

John B. Thompson (2008), ao discutir a “nova visibilidade” nas sociedades midiáticas, argumenta que a exposição pública altera profundamente as formas de interação social. A visibilidade mediada rompe as fronteiras do face a face e cria um campo de presença ampliada, no qual ações e narrativas circulam para além do controle direto do sujeito. A celebridade emerge nesse cenário como figura cuja visibilidade é intensificada e continuamente reinscrita em fluxos de mediação. Contudo, essa visibilidade não é apenas quantitativa; ela produz efeitos qualitativos de reconhecimento.

Vera França (2014), ao pensar a comunicação como processo relacional e experiência compartilhada, contribui para compreender que a celebridade não é apenas objeto de observação, mas ponto de articulação de sentidos coletivos. A figura pública torna-se referência interpretativa, organizando afetos e orientando percepções. Sua imagem circula, mas, mais do que circular, ela se estabiliza como marcador simbólico. Para ela, “pelo viés da identidade, a celebridade realiza a transcendência do mesmo, a sua projeção numa escala de idealização. É o modelo ideal, que tomamos como referência e como medida de nossa humanidade e nossa conformação” (FRANÇA, 2014, p. 27-28). É nesse sentido que se pode afirmar que a celebridade possui caráter condensador. Ela concentra valores, tensões e expectativas sociais. Não se trata apenas de ser vista, mas de tornar-se lugar onde sentidos se acumulam e se reorganizam. A fama não se reduz à visibilidade; ela envolve reconhecimento, legitimação e capacidade de mobilizar públicos.

Essa dimensão relacional é fundamental para a metáfora da ponte que estrutura este artigo. A visibilidade fornece a matéria-prima da exposição, mas é a mediação simbólica que permite que essa exposição se transforme em influência social. A celebridade ocupa, portanto, uma posição singular na engenharia da visibilidade: ela é simultaneamente produto do dispositivo e nó estratégico dentro dele.

Se as avenidas organizam os fluxos, a celebridade é um ponto de convergência onde diferentes trajetos se encontram. Ali, discursos, afetos e disputas de valor se condensam. É essa condição que torna possível que a figura pública ultrapasse o estatuto de corpo exposto e passe a operar como vetor de reorganização simbólica.

A partir dessa compreensão, torna-se possível avançar para a análise do carisma e do poder de afetação, dimensões que explicam como essa condensação simbólica pode transbordar do plano individual para o coletivo — condição necessária para pensar a construção da ponte do empoderamento.

3.2 Carisma e poder de afetação: da singularidade à reverberação coletiva

Se a celebridade condensa valores e ocupa posição estratégica no dispositivo de visibilidade, o carisma explica por que essa posição é capaz de produzir efeitos que ultrapassam o plano individual. A tradição sociológica inaugurada por Max Weber fornece um ponto de partida relevante. Para Weber (1982), o carisma é uma qualidade extraordinária atribuída a um indivíduo, capaz de suscitar devoção e reconhecimento, legitimando sua autoridade sem recorrer à tradição ou à legalidade formal. Entretanto, como o próprio autor indica, essa qualidade não é intrínseca nem estável: ela depende da crença daqueles que a reconhecem. O carisma é, portanto, relacional e instável; ele precisa ser continuamente confirmado no campo social.

Essa dimensão relacional permite deslocar o carisma da ideia de “dom natural” para a noção de reconhecimento historicamente situado. Clifford Geertz (1997), ao reinterpretar a dominação carismática, argumenta que o carisma deve ser compreendido como construção cultural, inscrita em um sistema simbólico que confere significado às qualidades atribuídas ao líder ou à figura pública. Nessa perspectiva, o carisma não se limita à excepcionalidade individual, mas expressa valores coletivos, expectativas sociais e tensões próprias de uma determinada época. A celebridade carismática, assim, não apenas encarna singularidades; ela materializa conflitos e aspirações sociais, funcionando como síntese simbólica de seu tempo.

França e Simões (2020b) aprofundam essa articulação ao sustentar que a ascensão ao estatuto de celebridade só pode ser compreendida a partir de um quadro histórico-social específico, no qual determinadas características individuais entram em sintonia com valores coletivos. Não se trata de negar a singularidade da figura pública, mas de reconhecer que sua legitimação depende de um alinhamento entre trajetória individual e imaginário social. Nesse sentido, o carisma é sempre efeito de uma relação entre corpo singular e estrutura simbólica. Ele opera como ponto de aderência entre biografia e cultura.

Essa aderência, contudo, é mediada por dispositivos de visibilidade que amplificam, moldam e reconfiguram o reconhecimento carismático. A celebridade é figura paradigmática dessa transformação: sua imagem circula em redes ampliadas de mediação, tornando-se objeto de escrutínio constante e de interação difusa. Nesse cenário, o carisma não apenas emerge; ele é produzido e sustentado por uma arquitetura midiática que organiza enquadramentos, repetições e legitimações.

Eduardo Cintra Torres (2014) radicaliza essa discussão ao afirmar que o carisma da celebridade contemporânea é, em grande medida, um sucedâneo da instituição midiática. O que antes poderia ser compreendido como qualidade pessoal passa a depender da centralidade conferida pelos meios de comunicação. O carisma torna-se inseparável da audiência, das métricas de alcance e da circulação incessante de imagens. Como observa o autor, “carisma define-se hoje mais pela recepção, pelas audiências, do que pelo caráter ou pelas qualidades dos carismáticos” (TORRES, 2014, p. 91). Essa reconfiguração não elimina a dimensão simbólica do carisma, mas a reinscreve na lógica econômica e tecnológica da indústria cultural.

Entretanto, reduzir o carisma a mero efeito da indústria cultural seria insuficiente. A noção de poder de afetação permite avançar na compreensão dos efeitos coletivos produzidos pelas celebridades. Paula Simões (2014) argumenta que a potência das figuras públicas reside em sua capacidade de afetar, isto é, de mobilizar emoções, produzir identificação e influenciar posicionamentos. Afetar não significa apenas comover; significa reorganizar percepções e abrir novas possibilidades de interpretação do mundo social. A celebridade não atua apenas como espelho de valores; ela participa ativamente de sua circulação e eventual reconfiguração.

É nesse ponto que a discussão se aproxima da noção de empoderamento. Se, conforme Berth (2019), o empoderamento envolve a recuperação consciente de

potencialidades historicamente silenciadas e sua inscrição no espaço público, então o carisma e o poder de afetação constituem condições estruturais para que essa inscrição ultrapasse o plano individual. A celebridade, ao conjugar reconhecimento carismático e alcance mediado, pode transformar experiências particulares em referências coletivas. O que era trajetória singular torna-se narrativa compartilhada.

A metáfora da ponte ganha, aqui, maior densidade analítica. Se o dispositivo de visibilidade organiza as avenidas por onde circulam corpos e narrativas, o carisma fornece tração simbólica, e o poder de afetação permite que a travessia seja coletiva. A celebridade, situada no centro da engenharia da visibilidade, pode tanto reforçar o traçado hegemônico quanto tensioná-lo. Quando seu carisma se alinha a valores dominantes, reafirma as rotas já estabelecidas. Quando, contudo, se articula a experiências marginalizadas e as reinscreve no espaço público, ela pode contribuir para reconfigurar fluxos de reconhecimento.

Assim, compreender o carisma e o poder de afetação das celebridades não é exercício descritivo, mas etapa necessária para a formulação do dispositivo de empoderamento. A ponte não se constrói apenas sobre a crítica ao dispositivo; ela depende de forças que permitam sua sustentação. O carisma legitima; a afetação mobiliza; a visibilidade amplifica. É da articulação entre essas dimensões que pode emergir uma travessia capaz de deslocar parcialmente a engenharia do poder que a antecede.

4. O Dispositivo de Empoderamento: entre poder relacional e ação coletiva

O conceito de empoderamento exige delimitação rigorosa antes de ser articulado à noção de dispositivo. Amplamente difundido no discurso midiático e corporativo, o termo frequentemente é reduzido a fortalecimento subjetivo, autoconfiança ou superação individual. Contudo, essa leitura individualizante obscurece sua dimensão estrutural e política. Neste artigo, empoderamento não é sinônimo de autoestima nem de performance meritocrática; trata-se de prática relacional que incide sobre regimes de poder.

Retomar Michel Foucault é fundamental para essa definição. Para o autor, o poder não é substância localizada em um centro soberano, mas rede produtiva que atravessa instituições, discursos e práticas, produzindo sujeitos e regimes de verdade (FOUCAULT, 1979). Se o poder é relacional e produtivo, então toda possibilidade de transformação deve emergir no interior dessas mesmas relações. Não há exterioridade pura ao poder; há

reorganização de suas linhas. Essa concepção desloca o empoderamento do campo da interioridade psicológica para o campo da disputa simbólica e estrutural.

Joice Berth (2019) contribui decisivamente para essa inflexão ao compreender o empoderamento como processo político que envolve tomada de consciência histórica e ação transformadora. Para a autora, empoderar-se implica reconhecer as estruturas que produzem desigualdade e atuar coletivamente para tensioná-las. Não se trata de conquistar um poder individual previamente inexistente, mas de reconfigurar relações que já operam. Empoderamento, portanto, é prática situada que articula consciência crítica e intervenção pública. A autora afirma que “o silenciamento de grupos oprimidos e o endurecimento do conveniente desinteresse dos grupos dominantes em discutir nossas matrizes de opressão geradoras das desigualdades deixou um enorme atraso na produção de conhecimento” (BERTH, 2019, p. 57). Ou seja, existe um desequilíbrio de poder muito relacionado à performance – não é à toa que muitas construções teóricas de intelectuais negras reivindicam o direito à fala, à performance, a ser ouvida e entendida dentro da esfera pública. Também não é coincidência que essas teóricas se posicionem politicamente e estejam ligadas a movimentos sociais e políticos. É através de performances públicas que esses grupos passam a tensionar uma estrutura, o que leva os indivíduos pertencentes a esses grupos a se posicionarem criticamente, criando ferramentas de atuação nos espaços em que estão inseridos.

Recorrendo ao feminismo negro, Berth (2019) demonstra o quanto mulheres negras sempre adotaram uma prática de resistência e se posicionaram criticamente para pensar “estratégias de enfrentamento ao sistema racista e redes de solidariedade” (BERTH, 2019, p. 73). Por esse viés, é possível observar que, ao longo da história, mulheres negras fizeram do empoderamento uma estratégia constante de movimentação social para sua comunidade e celebridades negras e femininas participaram desse processo.

Essa definição dialoga com Patricia Hill Collins (2016), cuja análise do pensamento feminista negro enfatiza que mulheres negras desenvolvem formas de conhecimento ancoradas na experiência social vivida. A ação social criativa emerge quando sujeitos transformam experiências de opressão em repertórios críticos capazes de produzir deslocamentos simbólicos. O empoderamento, nessa perspectiva, não é ato isolado, mas processo coletivo que transforma a posição marginal em plataforma de produção de sentido.

A dimensão coletiva é decisiva. Empoderamento não se realiza quando uma mulher negra alcança visibilidade individual; ele se configura quando essa visibilidade produz efeitos que ultrapassam sua trajetória pessoal e reverberam como referência compartilhada. Trata-se de deslocamento no regime de reconhecimento. Se o dispositivo de poder organiza hierarquias de visibilidade, o empoderamento incide sobre essas hierarquias ao reinscrever identidades historicamente subalternizadas em circuitos ampliados de legitimidade.

Na tese que fundamenta este artigo, argumenta-se que “o empoderamento diz respeito ao compartilhamento de experiências que contestam e deslocam as relações de poder que afetam um grupo, sendo fundamental para a alteração do sistema de forma gradativa, fazendo um trabalho de base que alimente e fortaleça a representação coletiva” (BELMIRO, 2025, p. 64). Essa formulação permite compreender que o empoderamento não elimina o dispositivo de poder; ele o reconfigura parcialmente. Sua eficácia depende da capacidade de produzir novos enquadramentos simbólicos no interior da própria estrutura que regula a exposição.

Como discutido na seção anterior, a celebridade é ponto de condensação simbólica e possui poder de afetação. Quando essa potência relacional se articula a uma consciência crítica situada, abre-se a possibilidade de reorganização dos fluxos de reconhecimento. Empoderamento, nesse caso, não é mera ampliação de audiência, mas intervenção estratégica na engenharia da visibilidade. Por isso, defino esse processo como um novo dispositivo: o dispositivo de empoderamento.

Nesse sentido, apresento o dispositivo de empoderamento como um processo de fuga de valores hegemônicos e da visibilidade, performance de valores outros. Esse dispositivo passa necessariamente por um processo comunicativo, um processo de reconstrução das linguagens (hooks, 2019), de reeducação do olhar, de imposição da fala e exercício do ouvir (Kilomba, 2019) da qual as celebridades participam (BELMIRO, 2025, p. 64).

Trata-se, portanto, de uma reorganização simbólica que não se limita à ocupação da de espaços visíveis, mas tensiona seus enquadramentos e redefine seus critérios de reconhecimento. O empoderamento, aqui, não é acumulação individual de capital simbólico, mas intervenção comunicativa que incide sobre a própria estrutura que regula quem pode aparecer e sob quais termos.

É precisamente nessa reorganização que a metáfora da ponte adquire densidade analítica. A ponte não é figura retórica, mas tradução prática do dispositivo de empoderamento. Se o poder, como argumenta Foucault (1979), produz sujeitos e organiza a circulação da visibilidade, o empoderamento constitui prática que altera parcialmente esse

traçado. Ele não suspende as avenidas normativas nem elimina as hierarquias históricas, mas cria desvio possível sobre elas. A ponte é o gesto concreto dessa contraengenharia: ela permite atravessar a encruzilhada sem negar sua existência. Para compreender como essa prática se estrutura no caso das mulheres negras celebridades — isto é, como a ponte se sustenta e quais são seus pilares — é necessário agora examinar a condição estrutural que a torna necessária: a interseccionalidade.

5. Interseccionalidade como condição estrutural do dispositivo

O dispositivo de empoderamento só pode ser compreendido a partir da interseccionalidade como condição estrutural. Ele não emerge de uma experiência isolada de opressão, mas da articulação simultânea de múltiplos regimes de poder que produzem subjetividades específicas. Se, conforme Foucault (1979), o poder opera como rede relacional que articula saber, norma e produção de verdade, então é necessário reconhecer que essa rede não incide de forma homogênea sobre todos os corpos. Ela se distribui diferencialmente, produzindo posições específicas no interior da estrutura social.

É nesse ponto que a interseccionalidade se torna central. Collins (2016) demonstra que raça, gênero e classe não atuam como categorias independentes, mas como sistemas interligados de dominação que produzem experiências estruturais específicas. Mulheres negras, nesse arranjo, ocupam posição singular: não estão apenas submetidas a múltiplas opressões, mas localizadas em um ponto onde essas forças se entrelaçam, produzindo formas próprias de marginalização e também de consciência crítica. A interseccionalidade, portanto, não é soma de desigualdades, mas matriz estrutural de produção de subjetividade.

Carla Akotirene (2019) traduz essa complexidade por meio da metáfora da encruzilhada. Para a autora, a interseccionalidade deve ser entendida como cruzamento de avenidas estruturais, racismo, patriarcado, capitalismo, que se encontram e produzem impactos simultâneos. A encruzilhada não é figura retórica, mas chave interpretativa que permite visualizar como as estruturas colidem e operam conjuntamente. Ela evidencia que determinados sujeitos estão posicionados exatamente no ponto de intersecção dessas forças, sendo atravessados por múltiplas normatividades ao mesmo tempo.

Ao deslocar essa discussão para o campo da celebridade, torna-se evidente que mulheres negras celebridades ocupam encruzilhadas intensificadas pelo regime de visibilidade. Elas são atravessadas simultaneamente pelo dispositivo de racialidade

(CARNEIRO, 2023), pelo dispositivo de sexualização colonial e pelo dispositivo de visibilidade midiática. A fama não neutraliza a interseccionalidade; ao contrário, a expõe de maneira amplificada. A hipervisibilidade do corpo negro feminino na cultura midiática é inseparável das hierarquias históricas que regulam sua legibilidade.

É precisamente dessa condição estrutural que emerge o dispositivo de empoderamento. Ele nasce da posição interseccional da mulher-negra celebridade, convertendo a colisão entre dispositivos de poder em possibilidade de reorganização simbólica, ou seja, não é reação espontânea à opressão, mas arranjo estratégico que opera no interior das redes de poder que produzem essa própria opressão. A interseccionalidade, portanto, não é apenas condição de subalternidade, mas também condição de potencial agência.

Assim, a interseccionalidade é condição estrutural do próprio dispositivo. Sem compreender como raça, gênero e classe se articulam na produção diferencial de visibilidade, não é possível entender como determinadas celebridades podem converter exposição regulada em intervenção coletiva. O dispositivo de empoderamento nasce da encruzilhada, não para negá-la, mas para operar sobre ela. A ponte, portanto, não atravessa um terreno plano. Ela se ergue precisamente onde avenidas estruturais se cruzam. É na colisão que surge a necessidade de travessia.

6. *Outsider* como operador do dispositivo de empoderamento

Se a interseccionalidade constitui a condição estrutural do dispositivo de empoderamento, é a posição *outsider* que opera sua dinâmica. O conceito de *outsider within*, formulado por Patricia Hill Collins (2016), descreve a situação de sujeitos que, embora inseridos em espaços de poder, permanecem estruturalmente posicionados como marginais dentro deles. Não se trata de exclusão absoluta, mas de inserção liminar — uma presença que participa, observa e, simultaneamente, é mantida à distância.

Collins demonstra que mulheres negras historicamente ocuparam posições internas às estruturas dominantes — como trabalhadoras domésticas em lares brancos, por exemplo — sem jamais serem plenamente reconhecidas como pertencentes. Essa condição produziu o que a autora denomina um ponto de vista privilegiado: uma perspectiva crítica derivada da experiência simultânea de proximidade e exclusão. O *outsider within* desenvolve uma consciência situada capaz de perceber as engrenagens do poder porque vive seus efeitos de forma intensificada.

Transposto para o campo da celebridade, esse conceito permite compreender que mulheres negras celebridades ocupam posição estruturalmente análoga. Elas adentram a arena central da visibilidade, espaço historicamente regulado pela branquitude e por normas hegemônicas de feminilidade, mas o fazem carregando marcas interseccionais que as mantêm sob constante vigilância e enquadramento. São simultaneamente centro e margem. Estão em uma posição de visibilidade e prestígio, mas não deixam de ser atravessadas por dispositivos que as posicionam como exceção.

Essa posição liminar é condição fundamental para o dispositivo de empoderamento. O *outsider* não apenas sofre a colisão de dispositivos, como também, desenvolve consciência crítica sobre ela. A marginalidade torna-se ponto de observação. A experiência de atravessamento produz repertório simbólico. É nesse deslocamento que a ação social criativa, descrita por Collins (2022), ganha materialidade. O que era condição de vulnerabilidade pode converter-se em recurso estratégico.

Collins (2022) defende que a interseccionalidade não deve ser limitada a um arcabouço analítico que diagnostica opressões, mas entendida como uma prática viva, situada e criativa de construção de novas realidades sociais. Para ela, ação social não é meramente reativa ou instrumental, mas está enraizada na experiência vivida, no corpo, nas emoções e na capacidade humana de criar sentidos. Para ambos os autores, a criatividade não é um dom excepcional, mas uma condição cotidiana da vida social: os sujeitos, mesmo diante de estruturas opressivas, são capazes de agir de modo inovador, especialmente quando se apoiam em valores coletivos e horizontes utópicos. Assim, para além de um instrumento de denúncia das opressões estruturais, a interseccionalidade é também uma prática social transformadora, uma força criativa que emerge nas encruzilhadas do sofrimento e da imaginação. É nesse ponto que mulheres negras, especialmente aquelas que rompem os limites impostos pelos dispositivos de racialidade, visibilidade e sexualidade, inauguram novas possibilidades de existência e reconhecimento. Sua ação não é apenas reativa, é inventiva. Ao tornarem-se visíveis, essas mulheres performam futuros possíveis, fabricam sentidos outros e criam caminhos que outras podem seguir. Assim, pensar a ponte do empoderamento a partir do pragmatismo implica entendê-la como fruto da agência histórica de mulheres-negras celebridade que, ao atravessarem os dispositivos de visibilidade, racialidade e sexualidade, criam alternativas éticas e políticas que tornam possível a travessia de outras.

7. A Ponte do empoderamento: arquitetura e pilares

A metáfora da ponte, tal como elaborada neste artigo, constitui uma proposta de esquematização inspirada nesse olhar pragmatista. Ela busca dar forma conceitual e visual à ação social criativa protagonizada por mulheres-negras celebridade, que, por meio de sua visibilidade, constroem outras formas de ser e existir. Trata-se da materialização simbólica do *dispositivo de empoderamento* — uma estrutura em permanente construção, erguida a partir da agência cotidiana, da experiência encarnada e da inventividade ética dessas mulheres. A ponte não é apenas uma travessia pessoal; ela representa a produção coletiva de novos sentidos, afetos e possibilidades que desafiam as normas históricas de silenciamento e exclusão. Se o dispositivo de empoderamento descreve o arranjo estratégico que reorganiza regimes de visibilidade, a ponte constitui sua tradução metodológica. Ela materializa, em três pilares articulados, os movimentos por meio dos quais mulheres negras celebridades convertem posição interseccional em intervenção coletiva.



FIGURA 1 - A PONTE DO DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO

FONTE: ELABORADO PELA PESQUISADORA

Essas pontes não são estruturas prontas, mas obras em constante construção, erguidas a partir de experiências encarnadas, afetos compartilhados e valores coletivos que, como aponta Collins (2022), emergem do agir situado de mulheres negras. Elas constroem essas pontes em solo instável, muitas vezes sem garantias, por meio de práticas culturais, performances públicas, redes de solidariedade e formas alternativas de produzir conhecimento. Ao mesmo tempo, essas pontes sustentam o trânsito de outras mulheres negras, funcionando como suportes simbólicos e referenciais ético-políticos para novas trajetórias possíveis em futuros utópicos onde todas podem atravessar em segurança.

Essa mobilização depende de três movimentos articulados que, na nossa visão, funcionam como pilares que darão sustentação a essa ponte. Esses pilares são inspirados nos três temas-chaves elencados por Collins (2016) que são utilizados pelas *outsiders* e ao serem repetidamente vinculados à imagem pública dessas mulheres negras que ocupam lugares de destaque vão remodelando o próprio imaginário do que é ser uma mulher negra, tendo conexão direta com o conceito de empoderamento. Dessa forma, considero que cada um desses temas chave constitui um pilar dessa ponte que vai sendo construída para atravessar as encruzilhadas criadas pela operação dos dispositivos de poder aqui considerados. São eles: autodefinição, reapropriação estratégica da visibilidade para denúncia e conversão da experiência marginal em referência coletiva.

7.1 Autodefinição: tomar o discurso e desafiar o olhar

O primeiro pilar da ponte é a autodefinição e a autoavaliação. Para Collins (2016), a autodefinição é gesto político central das mulheres negras porque confronta diretamente o processo histórico de produção de imagens estereotipadas. Ao autodefinir-se, a mulher negra “desafia um processo político que insiste em reduzi-la a imagens estereotipadas externamente definidas” (COLLINS, 2016, p. 102). Trata-se de romper com a lógica que confere legitimidade apenas ao olhar externo.

A autora afirma que “feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade que detêm o poder de definir” (COLLINS, 2016, p. 104). A disputa não se dá apenas no conteúdo das representações, mas na autoridade de enunciação. Autodefinição é, portanto, exercício de lugar de fala: tomar o discurso para si e interromper o monopólio interpretativo.

No campo da celebridade, esse movimento ganha dimensão ampliada. A performance pública torna-se arena de redefinição simbólica. Quando a artista assume narrativas sobre seu corpo, sua sexualidade, sua origem periférica ou sua negritude, ela não apenas responde a estereótipos; ela desloca o eixo da definição. Esse gesto reorganiza o regime de visibilidade ao introduzir valores outros — não mais subordinados à norma branca e patriarcal.

Esse pilar corresponde ao primeiro gesto de sustentação da ponte: redefinir a imagem antes que ela seja novamente capturada. Sem autodefinição, não há travessia possível, pois a circulação continua regulada pelo olhar hegemônico.

7.2 Reapropriação estratégica da visibilidade: denunciar a estrutura

O segundo pilar articula-se à natureza interligada da opressão. Collins (2016) enfatiza que raça, gênero e classe operam como sistemas interdependentes, estruturando desigualdades que se naturalizam ao longo do tempo. Ao demonstrar como o apagamento se institucionaliza, a autora observa que mecanismos estruturais produzem justificativas para a própria exclusão: “negar alfabetização às mulheres negras — e depois alegar que lhes falta os fatos para um julgamento com bom senso” (COLLINS, 2016, p. 109). A estrutura cria a desigualdade e, posteriormente, a utiliza como prova de incapacidade.

A posição *outsider within* permite enxergar com maior nitidez esses sistemas. A experiência interseccional produz consciência crítica sobre os dispositivos que operam na produção da marginalidade. É esse ponto que sustenta o segundo pilar da ponte: a reapropriação estratégica da visibilidade para denúncia.

Aqui, a visibilidade deixa de ser apenas exposição regulada e torna-se ferramenta de revelação. A celebridade utiliza o alcance ampliado para tornar explícitas as engrenagens do poder que anteriormente operavam de forma naturalizada. A denúncia não é mero posicionamento moral, mas uma reorganização simbólica. Ao explicitar o dispositivo, rompe-se parcialmente sua invisibilidade estrutural.

Nesse movimento, a artista transforma “acidentes” biográficos — episódios de racismo, sexualização, silenciamento — em evidências estruturais. A experiência individual torna-se caso exemplar de funcionamento sistêmico. A ponte, nesse pilar, sustenta-se na capacidade de transformar a visibilidade que vigia em visibilidade que revela.

7.3 Cultura afro-brasileira e conversão da experiência marginal em referência coletiva

O terceiro pilar reside na valorização da cultura das mulheres negras como base ideológica de sustentação da travessia. Collins (2016) argumenta que a cultura produz símbolos e valores capazes de fornecer um quadro de referência para autodefinição e análise crítica. “A cultura das mulheres negras pode fornecer o quadro de referência ideológica, ou seja, os símbolos e valores da autodefinição e autoavaliação que ajudam às mulheres negras a verem as circunstâncias que modelam as opressões de raça, classe e gênero” (COLLINS, 2016, p. 112).

A cultura não é ornamento; é fundamento epistemológico. Ao recorrer a repertórios afro-diaspóricos, saberes transmitidos pela oralidade, estéticas periféricas e narrativas históricas invisibilizadas, mulheres negras celebridades constroem referências simbólicas compartilháveis. A experiência marginal deixa de ser vivida como exceção individual e passa a ser reconhecida como experiência coletiva.

É nesse ponto que o dispositivo de empoderamento atinge sua dimensão ampliada. A conversão da experiência marginal em referência coletiva produz deslocamento no regime de reconhecimento. Outras mulheres negras passam a enxergar na figura pública não apenas sucesso individual, mas possibilidade de identificação e projeção. A ponte torna-se transitável.

Esse terceiro pilar solidifica a travessia. Ele impede que a autodefinição permaneça isolada e que a denúncia se disperse. Ao dar visibilidade a valores historicamente invisibilizados, a artista reforça a estrutura da ponte e amplia sua sustentação. A travessia deixa de ser evento episódico e torna-se caminho possível.

8. Considerações finais: a ponte como método e como horizonte

Este artigo partiu da seguinte questão: como mulheres-negras celebridades, atravessadas por dispositivos de visibilidade, sexualidade e racialidade, podem operar como dispositivos de empoderamento? A resposta construída ao longo do texto desloca a celebridade da condição de mera superfície de projeção midiática para compreendê-la como ponto de condensação e possível reorganização dos regimes de reconhecimento que estruturam o espaço público.

Ao articular Foucault (1979), Collins (2016), Akotirene (2019) e Berth (2019), argumentou-se que o dispositivo de empoderamento emerge na intersecção entre poder

relacional, condição interseccional e ação social criativa. A mulher-negra celebridade, situada na encruzilhada de múltiplos dispositivos, pode converter posição *outsider* em plataforma de intervenção simbólica. O empoderamento, nesse sentido, não é atributo individual nem efeito espontâneo da fama; é arranjo estratégico que reorganiza parcialmente a circulação da visibilidade.

Os pilares aqui apresentados são construídos no interior da tensão entre captura e agência, no movimento das avenidas de opressão. O *outsider* reconhece os enquadramentos que o atravessam e, ao fazê-lo, pode tensioná-los performativamente. A metáfora da ponte torna-se novamente elucidativa. O *outsider* não abandona a encruzilhada; ele aprende a se mover sobre ela. Sua posição liminar permite enxergar as avenidas que colidem e identificar onde a estrutura apresenta fissuras. O dispositivo de empoderamento opera precisamente nessas fissuras, reorganizando a circulação simbólica a partir de dentro.

Ao compreender o *outsider* como operador do dispositivo, evita-se romantizar a marginalidade. A posição liminar continua sendo atravessada por riscos, vulnerabilidades e instabilidades. A visibilidade ampliada pode intensificar ataques e tentativas de silenciamento. Contudo, é essa mesma posição que possibilita produzir deslocamentos quando articulada a carisma e poder de afetação. O empoderamento, portanto, não reside na ausência de vulnerabilidade, mas na capacidade de mobilizá-la estrategicamente no interior do próprio regime que a produz.

Assim, o dispositivo de empoderamento não é atributo universal das celebridades negras, mas resultado de uma operação específica realizada a partir da condição *outsider*. Ele emerge quando a posição liminar é convertida em estratégia consciente de reorganização dos regimes de reconhecimento. A celebridade deixa de ser apenas atravessada pelo dispositivo de visibilidade para incidir sobre ele.

É a partir dessa compreensão que se torna possível sistematizar metodologicamente a Ponte do Empoderamento, identificando seus pilares e suas condições de sustentação. Se a interseccionalidade fornece o terreno e o *outsider* oferece a perspectiva crítica, a ponte é a arquitetura concreta dessa travessia. Enquanto metodologia de análise da diversidade nas celebridades, ela permite observar quando a visibilidade se converte em intervenção e quando a fama permanece capturada pelos valores hegemônicos.

A Ponte do Empoderamento foi construída a partir da experiência histórica e interseccional das mulheres negras, reconhecendo que é na encruzilhada que os dispositivos

se tornam mais evidentes e que a necessidade de travessia se intensifica. Contudo, embora ancorada nessa localização específica, sua potência analítica não se encerra nela. Ao oferecer critérios para identificar deslocamentos nos regimes de visibilidade — autodefinição, denúncia estrutural e conversão da experiência marginal em referência coletiva — a metodologia pode ser mobilizada para analisar outros corpos imaginários e outras experiências de fama atravessadas por marcadores estruturais.

Isso significa afirmar que o dispositivo de empoderamento não é exclusivo das mulheres negras, mas que sua formulação emerge de um lugar epistemologicamente privilegiado: a experiência interseccional que torna visível a colisão dos dispositivos. A partir dessa base localizada, torna-se possível investigar como celebridades LGBTQIAPN+, indígenas, periféricas ou dissidentes de outras normatividades podem construir pontes próprias, reorganizando fluxos de reconhecimento a partir de suas posições específicas.

Em última instância, a contribuição deste artigo reside em propor que a fama deve ser analisada como campo de disputa estrutural. A celebridade pode reforçar as avenidas hegemônicas ou pode construir passagens alternativas sobre elas. A ponte, como método e como horizonte, permite distinguir esses movimentos. Se a encruzilhada é condição estrutural, a ponte é gesto político e é nesse gesto que experiências localizadas de fama podem transformar-se em dispositivos de empoderamento capazes de influenciar coletivos inteiros.

Referências

- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BELMIRO, D. M. M. **Dispositivo de empoderamento? Poder e resistência na construção da mulher-negra celebridade**. 2025. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.
- BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- BRAGA, J. L. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. **Revista Alceu**, v. 10, n. 20, p. 41-54, 2010. Disponível em: <<http://revistaalceu-acervo.com.pucrio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=365&sid=32>>. Acesso em: 04 set. 2021.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010269922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 25 ago. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

DYER, R. **Stars**. London: British Film Institute, 1998.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no collège de France (1975 - 1976). SP: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, V. R. V. Celebidades: identificação, idealização ou consumo? In: FRANÇA, V.R.V.; FREIRE FILHO, J.; LANA, L.; SIMÕES, P. G. **Celebidades no século XXI**: transformações no estatuto da fama. Porto Alegre: Sulina, p. 15-36, 2014.

FRANÇA, V. R. V.; SIMÕES, P. G. Celebidades, acontecimentos e valores na sociedade contemporânea. **E-Compós**, v. 23, p. 1-25, 2020a.

FRANÇA, V.; SIMÕES, P. Perfis, atuação e formas de inserção dos famosos. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula; PRADO, Denise (Org.). **Celebidades no século XXI**: diversos perfis, diferentes apelo. vol. 2, Belo Horizonte: Selo Editorial PPGCOM/UFMG, 2020b. p. 31-58. Disponível em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br>. Acesso em: 11 nov de 2024.

GEERTZ, Clifford. **Centros, reis e carisma**: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: _ . O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petropolis: Vozes, 1997.

HAN, B. C. **O que é poder**. Petrópolis: Vozes, 2020.

LANA, L. As contradições da fama da periferia: a celebração de Tati Quebra-Barraco. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; FREIRE FILHO, João; LANA, Lúcia (Org.). **Celebridade e fama: mídia, cultura e poder**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 181-205.

SIMÕES, P. Celebridade: dispositivo crítico? **RuMoRes**, v. 13, n. 26, p. 17-33, 12 dez. 2019. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268348557.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2021.

SIMÕES, P. G. O poder de afetação das celebridades. In: FRANÇA, V.R.V.; FREIRE FILHO, J.; LANA, L.; SIMÕES, P.G. (orgs.). **Celebidades do século XXI**: transformações no estatuto da fama. Porto Alegre: Sulina, p. 209-225, 2014.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **MATRIZES**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38>>. Acesso em: 21 jan. 2024.

TORRES, E. C. Economia e carisma da indústria cultural da celebridade. In: FRANÇA, V.R.V.; FREIRE FILHO, J.; LANA, L.; SIMÕES, P.G. **Celebidades no século XXI**: transformações no estatuto da fama. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 71-94.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

YAMAMOTO, E. Y. Desentranhar o comunicacional: a comunicação segundo José Luiz Braga. **Questões Transversais**, v. 1, n. 2, p. 100-106, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/7662>. Acesso em: 26 ago. 2022.